

## Discussões em torno do conceito de *Tradição Inventada* através de Narrativas Castrenses<sup>1</sup>

Francisco André Silva Martins<sup>2</sup>

### Resumo

O objetivo do artigo é analisar o conjunto de obras publicadas por militares mineiros pertencentes à Polícia Militar, no interregno que se compreende da década de 60 à primeira metade da década de 90 do século XX. A análise visa um estudo verticalizado do conceito de Tradição idealizado por Hobsbawm em concomitância com as características do conjunto de livros, o que possibilita identificar as propostas metodológicas dos militares, bem como sua concepção no que se refere à História e Memória, além de diagnosticar o projeto levado a cabo pelos mesmos. A existência de uma Historiografia Militar Mineira com características próprias é tema que perpassa a reflexão no cerne do trabalho.

**Palavras-Chave:** Tradição Inventada, Historiografia Militar Mineira, Narrativas Castrenses, História Regional

### Resumen

El objetivo de este artículo es analizar el conjunto de obras publicadas por militares mineros pertenecientes a la policía militar, en el periodo que comprende desde la década de los 60' hasta la primera mitad de la década de los 90' del siglo XX. El análisis tiene como objetivo un estudio verticalizado del concepto de tradición ideado por Hobsbawm en concomitancia con las características del conjunto de sus libros, lo que posibilita identificar las propuestas metodológicas de los militares, tanto su concepción en lo que se refiere a historia y memoria, además de diagnosticar el proyecto llevado a cabo por los mismos. La existencia de una historiografía militar minera con características propias es tema que atravieza la reflexión en el ceirre del trabajo.

**Palabras clave:** Tradición Inventada, Historiografía Militar Minera, Narrativas Castrenses, Historia Regional.

A proposta do presente artigo parte do intuito de discutir o conceito de *Tradição Inventada* (HOBSBAWM, 1997) ao analisar obras de pretensão cunho histórico publicadas por militares estaduais mineiros<sup>3</sup>, no interregno compreendido entre os anos

---

<sup>1</sup> Artículo de investigación científica tipo 2: de reflexión. Según clasificación de Colciencias. Este Artigo parte dos estudos empreendidos para elaboração da Monografia de Especialização em História e Cultura Mineira “Como se escreve a História Militar de Minas Gerais: Tradição Memória e Narrativas castrenses”, apresentada ao Centro de Pós-Graduação da Faculdades Integradas Pedro Leopoldo FIPEL, sob a orientação do Prof. Dr. Francis Albert Cotta, para obtenção do grau de Especialista.

<sup>2</sup> Graduado em História pelo Centro Universitário de Belo Horizonte – UNI-BH, Especialista em História e Cultura Mineira pelas Faculdades Integradas Pedro Leopoldo – FIPEL.

chicohist@ig.com.br

<sup>3</sup> Militares pertencentes à Força de Segurança Pública Estadual, Polícia Militar de Minas Gerais.

60 e a primeira metade dos anos 90 do século XX. A Polícia Militar de Minas Gerais cumpre com o papel principal nas narrativas construídas, portanto o intuito de visualizar as características das referidas obras caminha *pari passu* ao estudo do conceito de *Verdade* utilizado, seus objetivos ao resgatar a imagem da Polícia da forma que o fazem e possíveis vínculos institucionais a uma tradição militar, em suma, seu projeto de como deveria ser escrita a história da Instituição.

A *Historiografia Militar Mineira* no referido contexto carrega características *sui generis* com relação à escrita. Praticada em sua maioria por militares – sejam eles oficiais ou praças, da ativa, da reserva ou mesmo reformados –, essa não se caracteriza pela formação acadêmica dos autores como historiadores ou mesmo por sua filiação a uma determinada escola historiográfica acadêmica<sup>4</sup>. Contudo o discurso praticado sinaliza com o compromisso voluntário para com as tradições e reminiscências da Polícia Militar, uma vez que “para que a História sobreviva, para que o passado permaneça em nossas mentes (dos militares) e em nossos corações e o episódico da vida seja lembrado, torna-se necessário que eles sejam escritos e cronicados” (ASSIS, 1989, p.15). O ato de escrever investe de um contexto histórico aquilo que antes era memória de um seletivo grupo. O alicerce de sustentação teórica do conjunto de livros se fundamenta na obra *Crônica Militar* (1960) de autoria de Augusto de Lima Júnior, que marca a origem da escrita da história da Polícia Militar mineira.

O público alvo principal dos livros é o próprio militar, a produção tem o caráter de paradigma, algumas servem inclusive como manual na Academia de Polícia (DEMARCO FILHO, 1990), o que não quer dizer que esses escritos não pudessem chegar ao conhecimento da sociedade, seja através de compra dos livros (tendo em vista que parte dos livros foram editados pelos próprios autores), de sua distribuição pois alguns foram editados pela imprensa oficial ou pelos jornais uma vez que alguns autores como Augusto de Lima Júnior, Anatólio Alves Assis, Luiz DeMarco Filho e Saul Alves Martins são exemplos de militares que se dedicaram ao jornalismo e escreveram sobre a história da Polícia Militar.

O estudo da *Historiografia Militar Mineira* carrega em sua gênese uma série de questionamentos que despertam problemas e levam à inquietação de propor possíveis soluções. A senda de se estudar uma possível historiografia da Polícia Militar de Minas Gerais, bem como sua utilização com intuito de se criar uma imagem heróico-tradicional para a instituição, está justamente no digladio entre a inércia da *Memória* e a dinâmica da *História*.

A Memória enquanto legado é rígida – principalmente em se tratando de uma memória institucional – remete a algo sagrado e intocável, que se torna susceptível à mácula no instante que o pesquisador exerce a crítica em busca de uma resposta científica às suas inquietações. Em se tratando de obras históricas sobre determinadas

---

<sup>4</sup> Equivocadamente esses autores são identificados simplesmente como positivistas, o que se mostra no mínimo uma análise inadequada ao verticalizar e comparar as práticas empreendidas pelos adeptos da corrente historiográfica e os militares mineiros. O que não quer dizer que a historiografia militar esteja totalmente desprovida de características que se assemelhem às práticas positivistas, nesse contexto as diferenças são de maior pertinência ao trabalho.

instituições como a Polícia Militar e publicadas por pessoas que não tenham sua formação acadêmica fundamentada na *História*, que se relacionam com a instituição de maneira estreita ou estão nela inseridas, dá-se a entender em um primeiro momento que o comprometimento institucional está no cerne da obra.

A seleção do memorável e do que deve ser esquecido está nas mãos da própria instituição levando-se em consideração que seus membros são parte da mesma, portanto a Polícia Militar é responsável pela escrita de sua história que tem caráter utilitário ao resgatar uma memória passível de esquecimento. O passado é exemplar e serve de paradigma, cumpre com uma função *doutrinária* (BOBBIO, 2000, p.382) que possibilita disciplina e instrução. Essa é uma prática corrente nas instituições militares do mundo, inclusive no Exército Brasileiro que serve de base para as forças militares estaduais do país (BENTO, 1978, p.1).

Alguns prefácios, por serem feitos pelo Comandante Geral<sup>5</sup>, funcionam como um vínculo invisível mantido entre os autores, sua produção e a instituição. A voz do comandante geral através dos prefácios demonstra o endosso e reconhecimento da validade do trabalho para a Polícia Militar. A História tem um papel e um objetivo no seio da Polícia, daí sua importância na manutenção das tradições e valores. O comandante geral coronel Jair Cançado Coutinho ao prefaciar uma das obras de Paulo René deixa claro que para os militares sua concepção:

A Historiografia – ciência e arte – é base iniludível da tradição. E não há organização tutelar que prescindida da cultuação a feitos e pessoas, a si ligadas, como forma de manter sempre vivos, e cada vez mais atuantes, os valores e conceitos de honra e conduta. Esse enfoque, basilar, não seria possível sem conhecer a própria História (ANDRADE, 1981, p. 7)

A premissa de valorização do passado institucional e dos antigos membros da Polícia Militar está no cerne da produção e por isso mesmo tem sua singularidade diante das autoridades, uma vez que cumpre com um importante papel identitário. O passado como exemplo singular é ressaltado pelo comandante geral coronel Jair José Dias ao prefaciar uma obra de Paulo René de Andrade:

O caráter evocativo das reminiscências aqui narradas assinala, primordialmente, a constante adequação comportamental do militar mineiro à evolução política e social da Nação, fazendo da Polícia Militar uma força pública operosa, prestante e sempre moderna, seja em nossos dias, seja nos velhos tempos das revoluções. Os exemplos de bravura, tenacidade e espírito público daqueles heróicos e abnegados milicianos de outrora continuam a forjar o caráter do moderno soldado da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais (ANDRADE, 1990, p. 19-20).

A característica principal no que refere a *Historiografia Militar Mineira* está justamente no papel central da instituição militar em todas as obras, nas quais se destacam eventos como a Guerra do Paraguai, as Revoluções da Década de 20, a Revolução de 30 e o Cangaço do sertão mineiro. Independente dos temas, a instituição

---

<sup>5</sup> Autoridade maior da Polícia Militar de Minas Gerais, após o Governador do Estado.

cumpra com o papel principal, seus membros aparecem como coadjuvantes que ao emprestar suas reminiscências contribuem para o enriquecimento da narrativa do passado da Polícia Militar. O que há de se notar também é que alguns autores privilegiam no contexto da história militar os batalhões aos quais se vincularam durante sua carreira, tendo como exemplos Anatólio Alves de Assis com a publicação da *História do 3º batalhão* (1972) e Paulo René de Andrade com a publicação da obra comemorativa *1º Batalhão da Polícia Militar de Minas Gerais, 1890-1990* (1990).

O conjunto de obras militares estudado sinaliza com um intuito panfletário que contribui para a construção de uma imagem ideal da Polícia em contraposição ao estigma que muitas vezes lhe é imputado, seja de violência, de ignorância ou mesmo de desserviços no que se refere ao seu papel na sociedade. Todavia, mesmo com a possibilidade de acesso da sociedade a essas histórias, seu cunho principal está justamente na formação e identificação do militar para com a instituição.

A pretensão dessa produção – e por conseguinte sua fragilidade maior – está na crença de representar a verdade cabal e inquestionável. Sendo assim a verdade advoga pela instituição criando uma imagem adequada do passado perante a sociedade. A seleção do que deve ser lembrado e esquecido é reflexo dos valores da instituição e pode se dar de diferentes formas de acordo com o que se objetiva, uma das formas possíveis é justamente eternizar os feitos heróicos da Polícia Militar através de sua publicação em livros, “a história que se tornou parte do cabedal de conhecimento ou ideologia da nação, Estado ou movimento não corresponde ao que foi realmente conservado na memória popular, mas aquilo que foi selecionado, escrito, descrito, popularizado e institucionalizado por quem estava encarregado de fazê-lo” (HOBSBAWM, 1997, p.21).

Entre o conjunto de livros estudado, dois se destacam como produções encomendadas aos autores por parte de superiores. Geraldo Tito Silveira publicou *A Polícia Militar de Minas* que posteriormente com algumas alterações viria a se chamar *Crônica da Polícia Militar de Minas*, a obra foi encomendada pelo comando geral da Polícia Militar através do coronel Egídio Benício de Abreu que pretendia reunir em um livro a história da instituição e viu no autor as prerrogativas para tal. Paulo René de Andrade publicou *1º Batalhão da Polícia Militar de Minas Gerais 1890-1990* no centenário de sua fundação, a obra foi encomendada pelo Comandante do Batalhão o tenente-coronel Hindemburgo Prado Brizon através do ofício Of nº 856/89 datado de 30 de Novembro de 1989. O autor seria o mais indicado em função de servidor durante parte de sua carreira militar no referido batalhão e também por ser reconhecido no meio militar como “historiador que, fiel à verdade, demonstra acendrado amor à Polícia Militar” (ANDRADE, 1990, p.21). O cunho das produções leva a questionar quais os momentos foram “encomendados” como memória. Os maus momentos também seriam viáveis de serem lembrados?

A necessidade de se revisitar esta produção historiográfica não está ligada apenas ao caráter de verdade cabal e inexpugnável que ela carrega – o que não denota simplesmente o adjetivo simplista de “positivismo” (REIS, 1999) –, contudo suscita questionamentos no que se refere ao comprometimento e objetivo. As características

estudadas levam a uma identificação da produção historiográfica militar como uma prática intencional de manutenção da tradição institucional.

O arcabouço teórico proposto para sustentar e nortear esta discussão parte inicialmente do diálogo das obras publicadas pelos militares mineiros com o conceito de *Tradição Inventada* trabalhado na *Invenção das Tradições* organizada por Eric Hobsbawm e Terense Ranger, em 1997, onde se objetiva trabalhar a questão da interpretação na *História* e da *Tradição* enquanto possível invenção, portanto manipulável.

O período trabalhado por Hobsbawm compreende os anos de 1830 e 1914, o que não impossibilita utilizar o conceito para as décadas de 60 a início dos anos 90 do século XX uma vez que “elas são altamente aplicáveis no caso de uma inovação histórica comparativamente recente, a ‘nação’ e seus fenômenos associados” (HOBBSAWM, 1997, p.22). O trabalho do autor mostra a possibilidade de se encontrar na História dois tipos de tradição, “as inventadas e as não inventadas”. Para o presente trabalho interessa o conceito de *Tradição Inventada*.

Por ‘tradição inventada’ entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente; uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado (HOBBSAWM, 1997, p.9).

Entre as tradições inventadas encontra-se ainda uma classificação que se torna importante para a pesquisa: a) aquelas que estabelecem coesão social; b) aquelas que estabelecem ou legitimam instituições, *status* ou relação de autoridades e c) aquelas que cujo propósito principal é a inculcação de padrões de comportamento social.

As características levantadas permitem identificar a produção historiográfica militar como pertencente a uma tradição que tem por objetivo legitimar instituições e autoridades tendo em vista a singularidade de seus produtores. O sentimento nacional marca das *Tradições Inventadas* é também característica dessa produção onde a Polícia Militar é parte de algo maior, é a representação da ordem e a presença do Estado.

A história de Minas Gerais e da Nação Brasileira através de acontecimentos relevantes os quais a instituição militar está inserida dão o caráter identitário a produção historiográfica, a Polícia não é parte do Estado, mas é a personificação do Estado em busca da manutenção da ordem nos momentos de crise, haja vista as colocações que perpassam as obras.

Minas levantou-se em várias fases da História republicana para repor o Brasil no rumo certo, pois era – como ainda é – o centro político, o ponto de equilíbrio da nação. Para tal desiderato, muito contribuiu sua PM, brava e aguerrida, disciplinada e notoriamente imbatível, que, por isso mesmo já transpôs os umbrais da História e alcançou uma forte posição no seio da nacionalidade

(ASSIS, 1989, p.231-232).

O discurso contribui para a disciplina ao inculcar valores como patriotismo, dever, lealdade, ordem e bem-estar social, ressaltando a prática dessas “virtudes” durante os acontecimentos históricos aos quais se vincula a história militar. A história tem papel singular nesse contexto, e expressa seu poder não apenas como subsídio de construção memorial manipulável como também consolidação de uma identidade com fins políticos, que ressalta o papel da instituição militar e seus membros na sociedade (FALCON, 1997, p.61-90). A *Tradição Inventada* atende a um objetivo específico “na medida do possível utiliza a história como legitimadora das ações e como cimento da coesão grupal” (HOBSBAWM, 1997, p.21).

A valorização excessiva dos eventos históricos é destacada como a tentativa de criação de um passado adequado para ser de conhecimento da sociedade. Destaca-se a concepção militar quanto à “Guerra do Paraguai”, os militares mineiros tratam do acontecimento como a “maior odisséia da raça humana, nenhum outro acontecimento da História da Terra e da Humanidade pode lhe fazer sombra” (ASSIS, 1989, p.208). Vêem em Duque de Caxias um dos maiores heróis nacionais e renegam qualquer interpretação do evento que não compactue dessa opinião. A negação da crítica cria um sentimento de contenda para com a historiografia acadêmica dando a entender que os historiadores acadêmicos se abstêm do patriotismo e ao discutir a história rompem com o passado da nação, na concepção dos militares “tais acusações sujam de fezes as páginas mais brilhantes de nossa história” (ASSIS, 1989, p.19), ou seja da história militar.

Outra figura tem destaque na produção da historiografia militar: o Alferes Tiradentes, patrono da instituição e que está presente nos distintivos utilizados pelos policiais militares. O problema ao se tratar da figura de Tiradentes fica por conta da definição da data de fundação da Polícia Militar. Duas datas aparecem como possíveis para serem reconhecidas como sendo a fundação da instituição: 09 de Junho de 1775 que é a data de instalação do Regimento Regular de Cavalaria de Minas por Dom Antônio de Noronha e a outra é 10 de Outubro de 1831 data da Carta Lei que Cria as Guardas Municipais Permanentes por Diogo Antônio Feijó.

O principal problema está no possível reconhecimento da data de fundação como sendo 10 de Outubro de 1831, esta data não tiraria a possibilidade de reconhecer Tiradentes como patrono, entretanto romperia com o vínculo de seu pertencimento a instituição. Para tal reuniram-se em uma comissão especial do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais – documento transcrito pela *Revista O alferes* nº 33 de 1992 – os senhores Saul Alves Martins, Geraldo Tito da Silveira e Anatólio Alves Assis no intuito de definir a data da criação da Polícia Militar de Minas Gerais e decidiram por reconhecer a data de 09 de Junho de 1775, o que não põe fim às discussões referentes à data de função no meio acadêmico<sup>6</sup>.

---

<sup>6</sup> Francis Albert Cotta (2004) demonstra, através do cruzamento sistemático de diversos documentos, que a data de institucionalização do Regimento Regular de Cavalaria de Minas seria 1º de julho de 1775. A data escolhida pelos membros do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais ratifica o que foi escrito por Augusto de Lima Júnior e

Reconhecer outra data que não fosse aquela romperia com o vínculo existente entre a Instituição e o patrono que lhe serve de base histórica. Anatólio Assis escreve em uma de suas obras que “o Alferes Tiradentes precisa encontrar guarida no âmbito de nossa História, guarida que ele só poderá ter quando situarmos (os militares) nossa Data Magna em 09 de Junho de 1775” (ASSIS, 1989, p.26).

As convenções permitem identificar a pretensão militar de escrever uma história própria, despida de valores e procedimentos acadêmicos “ela necessita ter uma História de irrefutável compilação, oportunidade em que uma comissão de oficiais e historiadores, ostentando os mais altos padrões de conhecimento, a elaborem dentro dos mais altos critérios de pesquisa” (ASSIS, 1989, p.25).

A pretensão em se produzir uma historiografia com base em pesquisa está na busca do seu reconhecimento como científica, o que se mostra inviável. Nesse sentido, a *História Militar* que cumpre com um papel institucional se opõe a *História Ciência* com um papel social de buscar conhecimento. O engajamento que é aceito e praticado pelos historiadores como benéfico, que pressupõe independência – em se tratando do compromisso para com a verdade histórica – cai por terra diante do compromisso vinculado a instituição militar (HOBSBAWM, 1998, p. 138-154). Assim, dessa forma, o compromisso assumido não consta da busca do entendimento das mudanças e permanências no que se refere aos contextos político, social e econômico. Assim não produz conhecimento, mas proporciona um passado adequado que possibilita almejar um futuro à altura do que os membros esperam da instituição.

Reconhecer a Polícia Militar como produtora de *Tradições* permite verificar que a instituição está inserida em uma *Operação Histórica* com características próprias (DE CERTEAU, 1976). Essa operação não se restringe à história acadêmica, mas possibilita a todo aquele que objetiva produzir uma obra memorial – que proponha um elo de ligação entre passado e presente – cumpra com uma operação própria, onde a relação desse produtor para com o lugar de onde ele fala torna-se visível, “sem esperar pelas denúncias do teórico o próprio texto confessa suas relações com a instituição” (DE CERTEAU, 1976, p.27), o que funciona como uma maquiagem para os fatos e contribui para sua fragilidade.

Em se tratando da *Historiografia Militar Mineira* e seus produtores, vê-se que “a pesquisa encontra-se circunscrita pelo lugar que define uma conexão do possível e impossível” (DE CERTEAU, 1976, p.27), é este lugar que permite ou interdita determinada pesquisa. As obras sinalizam para um público específico, com o intuito auto-afirmativo que atende aos leitores, ou seja, aos próprios militares. A produção histórica militar no contexto de uma “operação histórica” “permanece configurada pelo sistema onde é elaborada a pesquisa. Hoje como ontem, ela é determinada pelo fato de uma fabricação localizada nesse ou naquele ponto desse sistema” (DE CERTEAU, 1976, p.27). A singularidade a ser percebida está justamente no lugar de onde se fala,

---

repetido pelos historiadores militares subseqüentes. Todavia, não há fontes que comprovem a data defendida pelo IHGB (COTTA, 2004).

no caso a instituição, tendo em vista seu caráter ordeiro e legitimador do Estado enquanto poder, além é claro do compromisso institucional, ou seja o discurso, enquanto endossado ou reprovado pelos pares.

O exercício da narrativa com intuito memorial vinculado a uma cronologia linear e estrutural demonstram o vínculo com a tradição militar em sua retórica própria em detrimento da história como construção gradativa de uma verdade objetiva que possibilite perceber mudanças e permanências.

A perspectiva conceitual de *Verdade* idealizada pelos militares está fundamentada em uma análise dos acontecimentos considerados fatos históricos, a narrativa fornece a verdade absoluta, cabal, inquestionável e irrefutável. Nesse sentido a prática historiográfica militar se opõe à história como prática acadêmica que reconhece o conhecimento como uma construção gradativa e ininterrupta, “a verdade histórica é dos homens e deste mundo. Ao historiador cabe estabelecer as bases epistemológicas do conhecimento que produz” (REIS, 2003, p.155).

A verdade absoluta é utópica e frágil, pretende reconstituir o impossível ou seja o passado exatamente como ele aconteceu no tempo presente. A verdade objetiva em oposição à absoluta, parte do estudo e análise dos vestígios e possibilita erigir assertivas parciais que são verdadeiras por seguir os procedimentos epistemológicos da disciplina, através do exercício de um especialista gabaritado para tal, além de reconhecer que novas leituras também verdadeiras se podem contrapor ou completar, o conhecimento é sempre outro, novo e cada vez mais abrangente. Ao reconhecer o processo de conhecimento histórico como infinito, a concepção de verdade absoluta cai por terra e o fato não pode ser finito e acabado .

Se a história tem por fim explicar os acontecimentos históricos (senão não seria história), é preciso que se refira às leis mais diversas que, em domínios variados da realidade, estabeleçam as regularidades na vida dos indivíduos e das sociedades (SCHAFF, 1995, p.252).

O pertencimento dos militares a um *grupo social* condiciona seu processo de conhecimento através da assimilação de valores, onde são levadas em consideração regras próprias para se proceder de acordo com a atividade, no caso estudado a produção de livros que pretendem retratar a história da Polícia Militar. Os autores militares não explicitam filiação a nenhuma corrente histórica acadêmica, mas suas práticas sinalizam pelo privilégio da história factual em detrimento da história crítica. Não se poderia dizer que são positivistas por excelência, contudo carregam consigo grande parte de seus valores – que em muito importam na pretensão não alcançada de se fazer uma história científica – uma vez que os mesmos servem de base para a construção de uma história pautada nas reminiscências militares (REIS, 1999, p. 11-25).

A utilização do conceito de verdade absoluta e acabada torna-se justificável de acordo com o objetivo das obras – de construção de um passado adequado a instituição – uma vez que reconhecer a possibilidade de verdades construídas



gradativamente e passíveis de críticas abrir-se-iam fissuras no passado institucional imaculado que tem funções doutrinárias e paradigmáticas. Sem a pretensão da verdade absoluta a *Historiografia Militar Mineira* não tem razões de existir.

A documentação cumpre com um papel singular na pesquisa histórica, essa é fonte e base para o estudo do passado, torna-se o elo de ligação entre o pesquisador e o acontecimento ao qual se encontra separado por um espaço de tempo. Na tentativa de comprovar os fatos através da narrativa os autores militares abusam dos documentos oficiais, mas não apenas por serem oficiais mas por muitas vezes criarem uma voz própria que em muito pode enganar, sem o exercício da crítica ou a contextualização do documento com os acontecimentos.

O documento como celebração do passado tem função de monumento (LE GOFF, 1990, p. 535-549). Ao contrário do que se pode pensar em torno dessa questão a discussão acadêmica é pesada e pautada na teoria, faz-se necessária uma distinção inicial para que o entendimento seja alcançado, o monumento está ligado a uma espécie de legado do passado, portanto vinculado a uma intencionalidade, o documento se sujeita ao crivo do historiador e se utiliza da objetividade para auto-afirmação.

Em um primeiro momento tanto documento quanto monumento remetem a similaridades simbióticas. A distinção dá-se em momento singular em que a história caminha em busca do seu reconhecimento enquanto ciência, em que a escola metódica e científica reconhece como documento apenas o texto escrito, ao historiador cabe o papel “singular” e único de transcrição daquilo que o documento representa, o documento funciona como prova. As mutações no tratamento do documento são concomitantes a mudança na história, a “revolução documental” promovida pela *Escola dos Annales* amplia a noção de documento, a pesquisa histórica se desvencilha da prisão ao documento escrito oficial como única forma de comprovação de suas hipóteses (LE GOFF, 1990).

Conforme Le Goff (1990), pode-se dizer que a quantificação documental caminha *pari passu* a qualificação, em função da ampliação da noção documental também se amplia à quantidade de documentos que se tem acesso, o que reflete automaticamente na responsabilidade do historiador enquanto analista e crítico de um contexto macro com o qual se relaciona. A principal questão com a qual se depara está na capacidade do historiador em distinguir o documento e o monumento, entende-se que todo documento é monumento na medida que carrega o legado da memória, porém o monumento só se torna documento a partir do instante que o historiador exerce seu senso crítico sobre o contexto que o envolve, não desligando-o do todo ao qual pertença, que é tão importante quanto ele mesmo enquanto documento.

No que se refere aos autores militares e suas obras, alguns documentos utilizados não são nem mesmo citados e quando mencionados são de forma capciosa, “existem documentos muito expressivos da confiança e honradez e capacidade do Alferes Joaquim da Silva Xavier” (LIMA JÚNIOR, 1960, p.166). A que se levar em consideração que “todo documento exige, para ser significativo, uma recontextualização

– especialmente no caso do arquivo escrito – que implica que sejam examinadas séries mais ou menos completas para se compreender a lógica, no tempo e no espaço, do ator ou da instituição que produziu aquele documento” (HOUSSO, 1996, p.4).

A fonte por si só não pode ocupar-se de ser prova, análise e crítica, “a ‘narrativa histórica’ começa com o estabelecimento de um corpus coerente, inteligível sob o ponto de vista de uma investigação precisa, e não sob o ponto de vista de um passado que se pretenderia simplesmente restituir em sua verdade recôndita” (HOUSSO, 1996, p. 3).

O sujeito tem papel preponderante nessa situação como agente capaz de reconhecer a veracidade das fontes que são lacunares por excelência, e não oferecem a verdade por elas mesmas, para tal, questioná-las e selecioná-las é a atitude esperada.

A ciência da história não consiste apenas, em recolher os fatos para com eles formar uma imagem, mas igualmente em explicar o porquê destes fatos. É precisamente este saber porquê que constitui a história como ciência (SCHAFF, 1995, p.241).

As fontes secundárias também aparecem com frequência, em sua maioria narrativas de pessoas que estavam envolvidas nos acontecimentos e portanto acreditam-se de maneira equivocada que expressam a verdade daquele que foi uma testemunha ocular. Anatólio Alves Assis ao trabalhar a Guerra do Paraguai utiliza os diários dos militares envolvidos – general Paulo Queiroz, capitão José Rodrigues Duarte Júnior e Visconde de Taunay – como forma de retratar o contexto da guerra em narrativas cronológicas maçantes e discussões infundáveis a respeito de comandantes e número de soldados. O que consegue é dar eco à visão do vencedor, de uma forma maniqueísta onde o mal paraguaio deveria ser vencido às custas dos bravos brasileiros. Essa reprodução está investida do sentimento do narrador para com seu inimigo e sua compilação nada mais é que uma forma de calar aqueles que certamente teriam uma visão diferente de seu papel na contenda, ou seja, os paraguaios.

**Como o objetivo deste trabalho é o de dar uma visão sincera e honesta dessa guerra, mormente no que diz respeito a essa trágica marcha, é bom que seja transcrito mais um trecho dos relatos de Taunay (ASSIS, 1984, p.40).[Grifos nossos].**

Em se tratando da utilização das fontes orais os autores nada mais fazem que eternizar a memória popular e quando questionados quanto à veracidade das colocações dizem que “a história é verídica e a escrevemos (o autor) com todo o rigor científico, se houver acréscimos, estes são oriundos da fantasia ingênua do sertanejo e não de quem as anotou” (MARTINS, 1979, p.13). O pesquisador se abstém da culpa de reproduzir uma mentira ao invés de proceder criticamente diante das fontes e reconhecer os possíveis equívocos. Diálogos com pretensão de reproduzir o momento exato dos acontecimentos perpassam a maioria das obras e compõe a estrutura frágil das produções, ao leitor dá-se a impressão que o autor estava presente no instante em que os atores históricos dialogavam.

A justificativa dos autores em se abster da formação universitária e dos procedimentos acadêmicos de pesquisa se fundamenta em uma participação efetiva nos fatos ou mesmo no conhecimento adquirido através de alguém que participou, esse subsídio pode enriquecer a pesquisa, mas não substituir a crítica das fontes e a contextualização dos acontecimentos. As dificuldades de se escrever sobre acontecimentos que se tenha vivido *in loco* está justamente em pensar saber a verdade, que com o passar do tempo pode se mostrar um equívoco ao ser submetida aos testes de comprovação da comunidade acadêmica, injustamente responsabilizada pela destruição dos mitos.

## Referências documentais

ANDRADE, Paulo René de. *Três revoluções: 24/30/32*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1976.

\_\_\_\_\_. *Origens históricas da PMMG*. 1709/1831. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1981.

\_\_\_\_\_. *Primeiro batalhão da PMMG*. 1890/1990. Belo Horizonte: Editora O Lutador, 1990.

ASSIS, Anatólio Alves de. *Histórias do terceiro batalhão*. Belo Horizonte: Imprensa oficial, 1972.

\_\_\_\_\_. *Crônicas dos anos de ouro*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1974.

\_\_\_\_\_. *No tempo das revoluções*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1976.

\_\_\_\_\_. *A morte de um presidente: Conspiração no Palácio da Liberdade*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1982.

\_\_\_\_\_. *Pequena história da guerra do Paraguai*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1984.

\_\_\_\_\_. *Genocídio na guerra do Paraguai*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1986.

\_\_\_\_\_. *A Polícia Militar de Minas na paz, nas guerras e nas revoluções*. Belo Horizonte: Editora O Lutador, 1989.

DEMARCO FILHO, Luiz. *História militar da PMMG*. Belo Horizonte: O Lutador, 1990.

LIMA JÚNIOR, Augusto de. *Crônica militar*. Belo Horizonte: Edição do autor, Estabelecimentos Gráficos Santa Maria, 1960.

MARTINS, Saul. *Antônio Dó*. 2.ed. Belo Horizonte: Interlivros, 1979.

REVISTA O ALFERES. *Revista de Informação e Doutrina da Polícia Militar de Minas Gerais*. Publicada pelo Centro de Pesquisa e Pós-graduação da PMMG. nº 1 (1983) – nº55 (2004).

SILVEIRA, Geraldo Tito. *A Polícia Militar de Minas*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1955.

\_\_\_\_\_. *Os milicianos da capitania do ouro*. Belo Horizonte: Edição do autor. Estabelecimentos gráficos Santa Maria, S.A., 1957.

SILVEIRA, Geraldo Tito. *Os bigodudos*. Belo Horizonte: Edição do autor. Estabelecimentos gráficos Santa Maria, S.A., 1964.

\_\_\_\_\_. *Conversa de meganha*. Montes Claros: Polígono Artes Gráficas Ltda, 1979.

\_\_\_\_\_. *O quarto mosqueteiro*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1985.

\_\_\_\_\_. *Crônica da Polícia Militar de Minas*. 2.ed. Belo Horizonte: Editora Santa Edwiges, 1991.

VALLE, José Satys Rodrigues. *Sua excelência, o cabo*. Belo Horizonte: Edição do autor. Minas Gráfica Editora, 1971.

\_\_\_\_\_. *Sua excelência, o coronel*. Belo Horizonte: Edição do autor, 1994.

### **Referências bibliográficas**

AZEVEDO, Antônio Carlos do Amaral. *Dicionário de nomes, termos e conceitos históricos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

BENTO, Cláudio Moreira. *Como estudar e pesquisar a história do Exército Brasileiro*. Brasília: Ministério do Exército, 1978.

BOBBIO, Norberto et. al . *Dicionário de política*. 5. ed. Brasília: Editora UNB, 2000.

BOSI, Alfredo. O Tempo e os Tempos. In: NOVAES, Adauto (org.). *Tempo e História*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

BURKE, Peter. A História como Memória Social. In: *O mundo como teatro: estudos de antropologia histórica*. Lisboa: Difel, 1992.

CARDOSO, Ciro Flamarion; MAUAD, Ana Maria. História e Imagem: os exemplos da fotografia e do cinema. In: \_\_\_\_\_; VAINFAS, Ronaldo (org.) *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

COTTA, Francis Albert. *No rastro dos Dragões: Políticas Lusitanas da Ordem e o Universo Militar nas Minas Gerais do século XVIII*. 2004. 302 f. Tese (Doutoramento em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

DE CERTEAU, Michel. A Operação Histórica. In: LE GOFF, Jacques. NORA, Pierre (Org.). *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

FALCON, Francisco. História e Poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.) *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

GLÉNISSON, Jean. *Iniciação aos estudos históricos*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1961.

HOBBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

HOBBSBAWM, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

HOUSSO, Henry. O arquivo ou o indício de uma falta. FGV. *Estudos Históricos*, n.17, v.1, 1996, p. 1-6.

LE GOFF, Jacques. Documento/ Monumento. In: \_\_\_\_\_. *História e Memória*. Campinas: Ed. Unicamp, 1990. p. 535 – 549.

NOVAIS, Adauto. Sobre tempo e história. In: \_\_\_\_\_ (org.). *Tempo e História*. São Paulo: Cia das Letras, 1996. P. 9 - 32.

REIS, José Carlos. *História e teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

\_\_\_\_\_. *A História entre a filosofia e a ciência*. 2.ed. São Paulo: Ática, 1999. (Fundamentos, 125).

SCHAFF, Adam. *História e Verdade*. 6.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

Fecha de recepción: 20/12/2006

Aprobado para publicación: 21/01/2007